

OS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NÃO SÃO MAIS AQUELES: CONTESTANDO DADOS DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

Lisete Regina Gomes ARELARO¹
Shirley SILVA²

RESUMO: O trabalho contesta a afirmação da OMS, tradicionalmente aceita, acerca da distribuição populacional dos portadores de necessidades especiais. A contestação está amparada em pesquisa realizada na cidade de Diadema-SP, cujos resultados divergem dos percentuais da OMS quanto à abrangência e setor de maior incidência. Se esses dados se confirmam em nível nacional, esta nova realidade altera substancialmente a orientação e o financiamento das políticas públicas para a área, tanto nas esferas públicas quanto na privada.

PALAVRAS-CHAVE: Portadores de deficiência; necessidades especiais; políticas públicas; OMS.

A educação especial se apresenta, no campo da política educacional brasileira, como um dos segmento mais afetados pela falta de compromisso do poder público com a educação do povo.

No momento atual, o projeto educacional para as pessoas com necessidades educacionais especiais em âmbito nacional, que vem sendo direcionado pelo Ministério da Educação e do Desporto, desde 1994, tem sido denominado *Educação Inclusiva*. Esta denominação tem sido criticada por educadores e setores de especialistas em educação uma vez que se entende que todo o esforço político-educacional da proposta "Educação para Todos" é por definição inclusiva, no sentido amplo de todos os *marginalizados* – leia-se os *fora da escola*: negros, índios, pobres, multirepetentes, desatentos, defasados em idade/série - estarem previstos nos projetos pedagógicos de *cada e toda* escola. Da mesma maneira o INEP passou a incluir, a partir de 1997, sistematicamente, dados a respeito do alunado da educação especial no "Censo Escolar".

Independente da conjuntura e da diretriz política dada à Educação, e por conseguinte à educação especial, utiliza-se no Brasil o percentual *definido* pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como *válido* para todos os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento: entre 7% a 10% da população têm algum tipo de deficiência (perda total ou parcial de

¹ Professora na Faculdade de Educação - USP.

² Professora na Faculdade de Educação - USP.

estrutura ou função fisiológica ou psicológica, como perda de uma mão ou visão), incapacidade (restrição ou ausência de capacidade para realizar uma atividade dentro da margem considerada normal para o ser humano, como subir e descer escada, compreender o que se fala) ou desvantagem (situação socialmente desfavorável, em razão de dependência física ou mental capaz de dificultar a integração social).

Esses documentos reportam-se a estatísticas indicando que da população portadora de alguma deficiência, 5% seriam portadoras de deficiência mental, 2% portadoras de deficiência física, 1,5% portadoras de deficiência auditiva, 0,5% portadoras de deficiência visual e 1,0% portadores de múltiplas deficiências.

Os dados apresentados aleatoriamente, a partir dos índices da OMS, em vários estudos, pesquisas e trabalhos nacionais e internacionais, incluindo neles os do Ministério da Educação e do Desporto, parecem não contribuir, de fato, para a construção de uma política direcionada para este segmento da população, os chamados deficientes.³ Não apresentam, também, quais seriam as necessidades especiais desta parcela e de suas diferenças.

A elaboração de um diagnóstico nacional das pessoas com necessidades especiais é dificultado pela precariedade de dados disponíveis, pois as informações acerca do número de pessoas com necessidades especiais e do tipo de atendimento ou intervenção que recebem são, praticamente, inexistentes – ou, pouco confiáveis, por ausência de critérios científicos na sua classificação. Os estudos censitários, em nível estadual ou municipal, sobre os portadores de necessidades especiais também são raros.

De qualquer maneira, há ainda um ponto que necessita de uma discussão mais ampla e aprofundada, no que diz respeito aos dados de pessoas portadoras de deficiência, eles seriam os mesmos a serem utilizados e aplicáveis em qualquer área das políticas sociais? Isto é, ser portador de deficiência, expressão de um conceito determinado para a área da saúde, não significa, necessariamente, ter incapacidades ou desvantagens, na área educacional, ou em outras áreas. Pessoas idosas, que adquirem certas deficiências, ou pessoas que se tornam deficientes no decorrer da vida, não necessitarão ser considerados *alunos* da educação especial escolar.

No entanto, constata-se que, em se tratando da *Educação Especial*, a área da Saúde tem sido a que define e generaliza, para todas as outras áreas sociais, a sua terminologia e sua conceituação sobre *normalidade* e as conseqüências dos desvios desse *padrão*.

³ As denominações utilizadas: deficientes, portadores de deficiências, pessoas com necessidades especiais –estarão sendo usadas de forma similar já que não têm tido na prática nenhuma alteração na vida dessas pessoas.

Tanto quanto a *deficiência*, as categorias *incapacidade* e *desvantagem*, estão intrinsecamente relacionadas às condições econômicas, sociais e culturais das pessoas portadoras de deficiência, de suas famílias e de sua comunidade. Não são desmembradas, uma situação primária de deficiência pode se agravar, em determinados casos, com a falta de condição de acesso a um trabalho competente na área da saúde, ou a compra de equipamentos especiais e inclusive a um trabalho educacional de qualidade.

Serão apresentados, neste artigo, quatro documentos construídos a partir de dados censitários realizados em diferentes esferas de governo e coordenados por diferentes instâncias que apontaram para índices diferentes daquele da OMS: o *Censo Demográfico* de 1991 realizado pela Fundação IBGE; o *Estudo multicêntrico de prevalência de incapacidades nos municípios de Canoas (RS), Campo Grande (MS), Feira de Santana (BA) e Taguatinga (DF)*, coordenado pelo Ministério da Saúde/Coordenação de Atenção a Grupos Especiais e realizado pela Associação Fluminense de Reabilitação entre 1994 e 1995; o *Censo educacional e dos portadores de deficiência* realizado pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do município de Diadema em 1994; e a *Pesquisa de condições de vida (PCV)* realizada em 1998 pela Fundação SEADE do estado de São Paulo.

Estes estudos não podem ser comparados de forma linear uma vez que há diferenças nas metodologias adotadas, diferenças na base dos dados, das características das populações estudadas, assim como nas denominações adotadas. Por exemplo, enquanto Diadema e a PCV trabalham com a categoria *deficiência*, o *Estudo multicêntrico* irá adotar a categoria "incapacidade". Ambos conceitos, como dito anteriormente, são definidos pela Classificação Internacional de Deficiência, Incapacidade da OMS. É importante ressaltar este aspecto pois a análise da *incapacidade* sugeriria uma segunda etapa da análise das *deficiências*, considerando-se muito difícil realizá-la num Censo, mas que permitiria ter de fato dados globais sobre a condição de vida das pessoas portadoras de deficiência, não só dados para a área educacional.

Porém entre os municípios estudados, Diadema e os do Estudo Multicêntrico, há características em comum: são municípios de porte grande, com até 500 mil habitantes, predominantemente urbanos, possuem órgãos que atuam na área de atenção a pessoa portadora de deficiência, seja na esfera municipal, estadual ou privada. Apesar destas características, estas experiências não representam similar igualdade na atuação do poder público e na participação das organização dos grupos sociais, neste caso na dos próprios deficientes e suas famílias, gerando peculiaridades que, em termos de políticas públicas, merecem ser destacadas.

Censo demográfico de 1991

No Censo Demográfico de 1991, o IBGE pesquisou em aproximadamente 10% dos domicílios a existência de pessoas portadoras de cegueira, surdez, paralisia, falta de membros ou parte deles e deficiência mental, através de perguntas direcionadas ao chefe do domicílio.

Naquele momento o país contava com 144.616.762 habitantes. Desses, 145.857 tinham cegueira (0,10%), 173.579 tinham surdez (0,12%), 602.330 (0,42%) apresentavam algum tipo de deficiência física (entre as relacionadas estão: hemiplegia, paraplegia, tetraplegia, falta de algum membro),⁴ 658.917 (0,46%) tinham deficiência mental e 87.971 (0,06%) eram portadores de mais de uma deficiência. Isto totaliza 1.668.654 pessoas portadoras de necessidades especiais, sendo que o percentual encontrado, 1,15% não corresponde, nem de longe, ao percentual sugerido pela OMS.

Jannuzzi & Jannuzzi, a partir dos dados do IBGE, demonstram que a taxa de deficiência é crescente ao longo das faixas etárias e que a taxa de deficiência masculina é sempre superior à feminina.

Pode-se observar ainda no tocante à raça (o IBGE utilizou as denominações: branca, preta, amarela, parda-mulata, mestiça, cabocla, mameluca e cafuza, e indígena que o percentual total de deficiências, na cor branca, é inferior ao percentual da taxa apresentada pela cor preta.

No que diz respeito à escolaridade, os autores constituíram dois grupos de análise, um com pessoas entre 15 e 24 anos (nascidos entre 1967 e 1976), outro, com pessoas entre 45 e 54 anos (nascidos entre 1937 e 1946), com a finalidade de verificar se havia ocorrido algum avanço neste segundo grupo demográfico; os dados apontaram que, no primeiro grupo, 27,2% nunca freqüentaram escola e, no segundo grupo, 23%. Ou seja, pode-se constatar que, permanece praticamente os mesmo índices de acesso à educação, para os portadores de deficiência

A taxa de deficiência por faixa de renda (apresentadas em faixas : 0 a 2 salários mínimos (SM), 2 a 5 SM, de 5 a 10 SM, mais de 10 SM, Sem Rendimento e Sem declaração de Renda), no Brasil, concentra-se nas faixas inferiores, concentrando-se o maior índice - 4,99%, entre os sem rendimentos.

Apesar destes dados do IBGE, contrariarem significativamente as estimativas da OMS, não existem estudos nacionais específicos sobre esta contradição, nem mesmo com relação ao elevado número de respostas na categoria – *nenhuma das enumeradas e sem declaração*.

⁴ As diferentes categorias estão apresentadas separadamente no Censo 1991, mas foram agrupadas aqui como “deficiência física”.

Estudo Multicêntrico de Prevalência de Incapacidades nos Municípios de Canoas/RS, Campo Grande/MS, Feira de Santana/BA e Taguatinga/DF

O *Estudo Multicêntrico* de 1994 e 1995 coordenado pelo Ministério da Saúde foi realizado pela Associação Fluminense de Reabilitação a convite do próprio Ministério pelo fato desta instituição já ter desenvolvido um estudo de Prevalência de Incapacidades no Município de Niterói em 1992. Os trabalhos desenvolvidos pela Associação basearam-se num *Manual de Inquérito Domiciliar* desenvolvido pela Organização Panamericana de Saúde (OPS). O objetivo de tal estudo incentivado pela OPS em países latino-americanos e caribenhos, vem em um “.sentido de superar a inexistência de informações epidemiológicas confiáveis para a definição de políticas e o planejamento de ações de saúde, programas e serviços de reabilitação.” (03).

A escolha dos municípios seguiu os critérios da distribuição regional, de forma que representassem as diversas regiões do país e suas particularidades, “e modo a favorecer o levantamento da situação epidemiológica da população portadora de deficiência, nas diferentes realidades brasileiras.” (06) e a necessidade da “presença de organização governamental ou não-governamental com interesse e condição de se responsabilizar pela execução da pesquisa no nível local, inclusive com condições de articular-se com outras instituições locais que pudessem colaborar para a execução da pesquisa.” (06)

Os dados apresentados a seguir por município fazem parte do Relatório produzido a partir do *Estudo Multicêntrico*, não há uma uniformidade dos diversos dados levantados, o que sugere que os relatórios parciais foram agrupados, portanto a apresentação ou não, de determinados itens, está diretamente vinculada aos dados que constam do Relatório.

Canoas/RS

Foram sorteados proporcionalmente 1000 domicílios para ser aplicado o inquérito domiciliar, entre os 67.314 domicílios estimados pelo Censo 1991, com uma população de 269.258 habitantes. Do total de 1000 domicílios, foram aplicados 991 questionários.

Dos domicílios pesquisados 4,3% da população apresentava pelo menos um tipo de incapacidade.

A distribuição das famílias entrevistadas pelo nível de renda em Canoas apresenta uma distribuição relativamente uniforme entre as faixas: baixa (21,6%), média baixa (34,1%) e média (29,3%).

Campo Grande/ MS

Segundo o Censo de 1991, Campo Grande contava com uma população de 526.126 habitantes e com 130.762 domicílios, destes 1064 compuseram a amostra para a aplicação do questionário.

Segundo os dados levantados, 4,8% da população de Campo Grande possui algum tipo de incapacidade.

Em relação ao nível de renda familiar, as famílias se concentram como baixa (38,9%) e média-baixa (31%).

Feira de Santana/BA

Em Feira de Santana, foram aplicados 1020 questionários para uma população de 340.621 (CENSO 1991).

A partir dos dados levantados pelo inquérito domiciliar 9,6% da população de Feira de Santana possui algum tipo de incapacidade.

O próprio relatório faz uma ressalva acerca das condições de vida dos habitantes deste município, apenas 46,7% dos domicílios são servidos pela rede esgoto, cerca de 36,4% dos trabalhadores declararam-se autônomos, a renda familiar situa-se entre 1 e 3 salários mínimos, a ausência no município de profissionais especialistas nas áreas médicas.

Taguatinga/DF

A população em Taguatinga em 1991 era de 228.249 habitantes e uma estimativa de 56.445 domicílios. Foram aplicados 1.010 questionários domiciliares, tendo-se detectado que 4% da população de Taguatinga possui pelo menos algum tipo de incapacidade.

Diferentemente de Feira de Santana, em 48,2% dos domicílios entrevistados a renda familiar é superior a 6 salários mínimos, com a seguinte distribuição - média-baixa (21,2%), média (35,8%) e média-alta (19,5%).

Censo Educacional e dos Portadores de Deficiência de Diadema

O Censo dos Portadores de Deficiência realizado pelo município de Diadema em 1994, apresentou os seguintes números: de uma população de 310.848 habitantes, 1,01% era portadora de deficiência, assim distribuídos - 1.266 deficientes físicos (40%), 659 deficientes mentais (21%), 395 deficientes auditivos (13%), 322 deficientes visuais (10%) e 499 portadores de múltiplas deficiências (16%).

Estes dados confirmam, apesar da metodologia de coleta diferenciada do IBGE, o percentual nacional de portadores de deficiência. Destaque-se que a metodologia empregada - a da pesquisa participante - permitiu, em percentual incomum, resposta ao Censo, de cerca de 95% das famílias entrevistadas, considerada a totalidade dos moradores da cidade. O processo de envolvimento de lideranças locais, em todas as fases da Pesquisa, foi considerado variável interveniente na efetividade e veracidade das respostas.

Os dados do Censo dos Portadores de Deficiência de Diadema apresentam ainda outros dados correlatos de extrema importância para a construção de políticas públicas voltadas para estes segmentos, no que diz respeito à escolaridade, 80% dos portadores de deficiência têm o 1º Grau incompleto; 56% dos portadores de deficiência pertencem ao estrato modal "D" (adotados os critérios ABA/ABIPEME).

Ao analisar a origem e época de manifestação da deficiência observou-se que a aquisição da deficiência ocorre com maior incidência no grupo entre "15 anos ou mais" - 35% e no grupo *na gestação ou no parto* - 33,6%. A informação quanto a origem ou *causa* das deficiências é dada a partir da informação do entrevistado, entre as causas apresentadas é interessante de se destacar o item *acidente*, pois aparece em segundo lugar com 21,2% das respostas. Entre as respostas *acidente*, 23,8% referem-se a acidentes de *trabalho*, 21,4% referem-se a acidentes *domésticos*, 18,5% a acidentes *hospitalares* e 16,9% acidentes de "trânsito".

Quanto a natureza do atendimento, 73% dos que fizeram ou faziam tratamento naquele momento freqüentavam instituições públicas e 17,6% freqüentavam instituições particulares (neste dado as instituições apresentadas não são apenas do município de Diadema, mas também do ABC, SP Capital e outros, dada a proximidade com estes municípios). Este dado mostra que a freqüência a determinados tipos de organizações do contexto educacional está diretamente relacionado a questão da oferta, ou seja, a discussão sobre as escolas especiais, regulares e processo de inclusão é altamente marcada por um aspecto nada irrelevante que é a existência de serviços por parte do poder público.

Pesquisa de condições de vida - Fundação SEADE

Em 1998 a Fundação SEADE do Estado de São Paulo incluiu pela primeira vez na *Pesquisa de Condições de Vida*, que destaca distintivamente o Estado de São Paulo, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e o Interior, questões específicas sobre os portadores de deficiência atendendo conforme relatório à "demanda de órgãos de defesa dos direitos dos portadores de deficiência física e mental".

A pesquisa incluiu, além das categorias levantadas pelo Censo Demográfico de 1991, o levantamento de casos de autismo e síndrome de Down. Incluíram, ainda, separadamente, informações acerca de pessoas não-portadoras de deficiências, quanto às dificuldades de locomoção, de audição ou visão e também lesões por esforços repetitivos.

Os dados estatísticos levantados pela PCV acerca dos portadores de deficiência também contradizem os da OMS. No estado de São Paulo, 1,5% da população apresentou ser portador de deficiência, na RMSP 1,3% da população e no Interior 1,8%. Quanto à condição de ser portador de dificuldade, os números são mais expressivos, 5% no estado de São Paulo, 4,8% na RMSP e 5,3 % no Interior.

A parcela das famílias que possuem, pelo menos, um componente portador de deficiência é de 4,8%, no estado de São Paulo, 4,2% na RMSP e de 5,8%, no Interior.

Ainda que de forma breve, os documentos apresentados contestam os dados da OMS, e vêm reforçar que os índices de *deficiência* estão atrelados às condições sócio- econômico-culturais das pessoas, e, portanto, diretamente relacionados (ou mesmo, seriam consequência) das políticas econômico-sociais desenvolvidas, nos diferentes países, especialmente os mais pobres e os de alta concentração de renda.

No que tange à política educacional, os dois últimos Censos Escolares realizados pelo MEC, apresentaram, em 1997, um total de 334.507 pessoas com necessidades especiais, sendo que 223.253 estavam matriculados em dependências escolares e 111.254 em "outros atendimentos". Ainda que o documento não explicita que tipo de atendimentos são estes, todos eles foram englobado na categoria *outros atendimentos*, e este total de 334.507 matrículas, indica que, apenas 20% do total de pessoas com necessidades especiais estavam recebendo algum tipo de atendimento, considerados os dados levantados pelo IBGE, para o qual, o número de pessoas portadoras de deficiência, no Brasil, seria de 1.668.654.

O Censo Escolar mostra, ainda, que 78,7% dos estabelecimentos são públicos, atendendo a 51,6% das pessoas com necessidades especiais matriculadas; por outro lado, 21,3% dos estabelecimentos são privados, atendendo a 48,3% das matrículas.

O Censo Escolar de 1998, apresenta um decréscimo no número de pessoas com necessidades especiais matriculadas, caindo o total de matrículas para 293.403, sendo que, deste total, 46,8% são matrículas em estabelecimentos públicos e 53,1%, em estabelecimentos privados, o que mostra um significativo crescimento dos atendimentos privados, em apenas um ano!

Utilizando ainda o percentual do IBGE, em 1998, apenas 17,5% das pessoas com necessidades especiais estariam recebendo algum tipo de atendimento, ainda que não necessariamente escolar, já que permanece a categoria “outro atendimento”. O Censo de 1998 mostra, também, que, do total de estabelecimentos, 75,1% são públicos e 24,9% são estabelecimentos privados. Isto indica que, nos estabelecimentos privados, o número de alunos atendidos é maior, concentrando-se neles, provavelmente, os portadores de necessidades especiais. Os estabelecimentos públicos, por outro lado, atenderiam um menor número de matrículas, por estabelecimento, porém sua oferta física de vagas, teria uma melhor distribuição, consideradas as diversas regiões do País.

O decréscimo do número de matrículas de pessoas com necessidades especiais, recebendo alguma forma de atendimento - escolar ou não —, assim como o de estabelecimentos públicos, ofertando serviços especializados ou garantindo a matrícula de pessoas com necessidades educacionais especiais, e, em contrapartida, a elevação de matrículas em estabelecimentos privados, expõem um quadro nacional da educação especial, desalentador e oposto ao que era de se esperar frente à política e ao discurso da “inclusão”, implementada pelo MEC, através da Secretaria de Educação Especial.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. Programa Municipalização da Educação Especial. Brasília/DF: [s.n.], 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto/INEP/SEEC. Censo Escolar: sinopse estatística da educação básica. Brasília/DF: [s.n.], 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto/INEP/SEEC. Educação Especial. Brasília/DF: [s.n.], 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto/INEP/SEEC. Censo Escolar: sinopse estatística da educação básica. Brasília/DF: [s.n.], 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. Estudo Multicêntrico de Prevalência de Incapacidades nos Municípios: Canoas (RS), Campo Grande (MS), Feira de Santana (BA) e Taguatinga (DF)”. Coordenação de Atenção a Grupos Especiais. Apoio - Acordo de Cooperação Técnica Brasil-PNUD - Projeto BRA/90-032 Desenvolvimento Institucional do Ministério da Saúde. Realização - Associação Fluminense de Reabilitação. [19-]

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico: dados sobre as pessoas portadoras de deficiência (PPD). [s.l.:s.n.], 1991.

FUNDAÇÃO SEADE - Pesquisa sobre condições e qualidade de vida. São Paulo: [s.n.], 1998.

INVESTIR em gente é que faz a diferença: relatório do censo educacional e dos portadores de deficiência. Prefeitura Municipal de Diadema - *Revista da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer*, n. 3, dez. 1996.

JANNUZZI, G.; JANNUZZI, N. Incidência de deficientes no Brasil segundo censo demográfico de 1991: resultado empíricos e implicações para políticas. In: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - 121. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais: população, globalização e exclusão. [s/d].